

Quando o crescimento não chega ao eleitor

Por [Luiz Schymura](#)

Valor, 07/04/2026

Em ano eleitoral, a economia importa, mas principalmente da forma como ela é sentida

Em ano eleitoral, a economia se torna o principal termômetro político. Quando o PIB avança, o emprego sobe, a inflação recua e a renda real cresce, o governante costuma colher votos. Quando o quadro piora, paga o preço. A lógica parece simples. O problema surge quando os números são bons, mas o eleitor não sente sua vida melhorar.

É o caso do presidente Lula em 2026. Seu terceiro mandato exhibe indicadores que, em outros tempos, garantiriam vantagem confortável. O PIB cresceu, em média, mais de 2% ao ano. A taxa de desemprego atingiu 5,6% no terceiro trimestre de 2025, mínima histórica na série do IBGE iniciada em 2012. A massa salarial real segue em alta. A inflação pelo IPCA fechou 2025 em torno de 4% e deve encerrar 2026 no mesmo patamar. São números que qualquer governo exibiria com orgulho. Em condições usuais, esse conjunto sustentaria não apenas avaliação positiva do governo, mas também menor dispersão nas expectativas e maior previsibilidade política.

Apesar disso, a disputa com o senador Flávio Bolsonaro segue acirrada nas pesquisas. A confiança do consumidor do FGV Ibre marcou 88,1 pontos em março de 2026, bem abaixo dos 100 pontos que separam otimismo de pessimismo. O Brasil atingiu 81,7 milhões de CPFs negativados na Serasa Experian, quase metade da população adulta. E 74% dos entrevistados na Sondagem do Mercado de Trabalho do FGV Ibre apontam a alimentação entre as três despesas que mais pesam no orçamento familiar. Em conjunto, esses indicadores sugerem um desalinhamento persistente entre a evolução das variáveis macroeconômicas e a experiência cotidiana das famílias.

O paradoxo é real e exige leitura cuidadosa. Nem catastrofização nem complacência com o que os agregados escondem. A economia brasileira vai bem em vários aspectos. Mas uma parcela relevante da população, especialmente a de menor renda, não percebe essa melhora no cotidiano. Trata-se, em última instância, de entender como ganhos agregados se distribuem - e por que - não se traduzem, de forma homogênea, em bem-estar.

No mercado de trabalho, a queda do desemprego é inequívoca, mas sua interpretação exige qualificação. Pesquisas do FGV Ibre conduzidas por Fernando Barbosa Filho, Janáina Feijó e Paulo Peruchetti mostram que parte relevante da melhora decorre de mudanças estruturais: a força de trabalho está mais envelhecida e mais escolarizada. Mantida a composição de 2012, a taxa de desemprego sobe de 5,6% para 6,8%, e o rendimento real médio recua de R\$ 3.507 para R\$ 2.737 - patamar próximo ao da pré-pandemia.

A implicação é direta. Uma parcela importante do avanço recente não decorre de maior dinamismo econômico, mas de transformação demográfica e educacional. Como as pessoas não vivem na média estatística, mas dentro do próprio recorte de idade, escolaridade e ocupação, a sensação de bem-estar diverge dos agregados. O mercado de

trabalho melhora nas estatísticas, mas não necessariamente na experiência vivida - e é essa diferença que define o humor do eleitor.

Além disso, o perfil da ocupação aprofunda o descompasso. O emprego cresce, mas concentrado em atividades de menor qualificação e remuneração, com salários que ficam sistematicamente abaixo da média nacional de R\$ 3.507. O país gera vagas, mas sem promover quem trabalha.

Se o mercado de trabalho explica parte da falta de entusiasmo, a inflação de alimentos tem papel ainda mais visível. Entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2025, os preços dos alimentos subiram 58,3%, contra 40,3% do IPCA cheio - diferença de quase 20 pontos percentuais. Para famílias de menor renda, que destinam cerca de 22% do orçamento à alimentação, o impacto é direto, recorrente, incontornável. Não é um número abstrato: é o preço do básico comprimindo o restante do consumo. Em contextos de renda mais restrita, choques dessa natureza têm efeito desproporcional sobre o bem-estar.

Em 2025, os alimentos deram uma trégua. Mas o risco de um novo El Niño em 2026 pode pressionar as safras já a partir do segundo trimestre, revertendo o alívio em momento politicamente sensível.

O endividamento das famílias compromete a renda presente e lança uma sombra sobre o futuro. O endividamento total está próximo de 49,7% da renda disponível bruta, e o comprometimento de renda - quanto do salário vai para amortizações e juros - beira os 29%. Quase um terço do salário já está destinado ao pagamento de dívidas antes mesmo de o trabalhador receber. São níveis elevados, mesmo com desemprego baixo e massa salarial em alta, o que torna a fragilidade financeira das famílias ainda mais preocupante caso o cenário se deteriore. A inadimplência avança em todas as faixas de renda, especialmente entre os mais pobres, onde predominam créditos caros e de curto prazo.

Há paralelos - ainda que em menor escala e com diferenças importantes - com o ciclo que antecedeu a recessão de 2014-2016: expansão apoiada em alavancagem, seguida de maior sensibilidade a choques. Com juros reais ainda elevados, a rolagem da dívida se torna mais onerosa. Se a atividade perder fôlego, o ajuste via corte de consumo tende a ser rápido e possivelmente intenso.

A esse quadro econômico soma-se um fator adicional: a polarização. O eleitor bolsonarista enfatiza o preço da comida, os juros do cartão e a conta de luz - pontos reais, pois preços administrados e alimentos subiram acima do IPCA em vários momentos. O eleitor lulista valoriza o desemprego recorde baixo, o salário mínimo com ganho real e os programas sociais, também com apoio nos fatos. A mesma realidade objetiva gera percepções diametralmente opostas, filtradas pela identidade política antes mesmo dos números.

No fim, indicadores macro não decidem eleição. É a pessoa que vai ao mercado, olha para o carrinho de compras e calcula quanto sobrar depois de pagar as dívidas. Enquanto essa conta não fechar de forma confortável para a maioria, os números continuarão dizendo uma coisa, e o eleitor, outra. Em ano eleitoral, a economia importa. Mas importa, sobretudo, como ela é sentida. E, até agora, ela cresce, mas ainda não convence plenamente.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente
E-mail: luiz.schymura@fgv.br